

Desafios, estratégias e reflexões para a inclusão escolar no ensino médio: o estudo de caso em uma realidade no interior de Alagoas

Jordana da Rocha Dantas Silva¹
Barbara Thaynara de França Sousa²
Sebastião Nunes da Silveira³
Mirelly Karlla da Silva⁴

RESUMO

A inclusão escolar está interligada a uma abordagem intrínseca ao acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os estudantes público-alvo da educação especial. Garantia esta instituída em diversos documentos normativos brasileiros que preconizam sobre os direitos e deveres deste público. No entanto, é perceptível que inúmeras barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e sociais incidem com preponderância no âmbito educacional, contrapondo-se ao modelo biopsicossocial de aprendizagem. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar as barreiras para efetivar a inclusão escolar no ensino médio, vislumbrando as práticas pedagógicas por meio de observações e ações desenvolvidas pelos professores. O estudo está pautado na pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso, como instrumento de coleta de dados, propõe-se a observação com suporte em diário de campo e foi analisado por meio da análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que prevalece como prática pedagógica um ensino programático com ausência de conhecimentos na área da inclusão escolar. Alguns professores do ensino regular apresentam dificuldades para atuar com os estudantes com deficiência e compreender as múltiplas inteligências para promover assim o currículo acessível. Além disso, foi observado ações capacitistas para com os estudantes com deficiência por meio de um olhar médico. Factualmente, há escassez de formação continuada na área de inclusão escolar, resistência dos professores de sala comum para promover acessibilidade em suas aulas, e isso impacta a atuação dos professores de educação especial, sendo muitas vezes visto como único profissional que atua junto aos estudantes com deficiência no quesito da aprendizagem. Faz-se necessário novos estudos que promovam ações na perspectiva inclusiva favoráveis à desconstrução de barreiras no âmbito educacional, inclusive com ações anticapacitistas.

Palavras-chave: Educação, inclusão escolar, prática pedagógica.

¹Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, jordanadantas123@gmail.com;

²Graduada pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, barbarathaynara.santos@gmail.com;

³Mestrando em Educação Especial da Universidade Estadual de Alagoas UNEAL sebastiannunes92@gmail.com;

⁴ Mestranda em Educação da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, mirelly_karlla_ec@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O direito da pessoa com deficiência à educação está respaldado por diversos documentos normativos, incluindo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que preconiza o saber independente da classe social, etnia, religião (Brasil, 2008). Sendo assim, permitir o acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os educandos público-alvo da educação especial são requisitos que transcendem a efetivação da matrícula, com vistas à apropriação do conhecimento e ao despeito a diversidade no contexto educacional (Brasil, 2015).

Neste sentido, com intuito de compreender o funcionamento, a implementação das políticas públicas e as barreiras que inferem no processo de inclusão, considerando a inserção, ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial matriculados em uma escola da rede estadual de Alagoas, surgem as seguintes indagações: Quais as barreiras evidenciadas que interferem no processo de ensino e aprendizado deste público? Qual a relevância da aplicabilidade do componente curricular e ação metodológica para o desenvolvimento educacional dos alunos que apresentam dificuldades específicas de aprendizagem? Qual a visão que os professores têm acerca da deficiência e suas respectivas singularidades? Como é visada a demanda do professor de educação especial na escola? São inúmeros questionamentos circundados a partir da observância e execução da prática no contexto educacional estes surgem com o intuito de obter respostas assertivas sobre o processo de inclusão na escola mencionada.

Na busca por respostas concernentes as interrogativas, foi aderida a metodologia, a qual se enquadra na pesquisa de cunho qualitativa por meio de um estudo de caso. De acordo com Godoy (1995, p. 25), “O pesquisador deve também preocupar-se em mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação, uma vez que a realidade é sempre complexa.” Para tanto, como instrumento de coleta de dados, propõe-se a observação com suporte em diário de campo, que consiste nos registros das observações, conversas informais e momentos formativos (HTPC). Todas as informações serão analisadas por meio da análise de conteúdo.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar, por meio de um estudo de caso, como se configura o processo de inclusão em uma escola de ensino médio localizada no interior de Alagoas. Denotando-se, por meio do diário de campo, as principais barreiras e os fatores interseccionais inversos à ótica do modelo biopsicossocial, que interferem no processo de



inclusão dos alunos público-alvo da educação especial na escola em questão.

Consequente, observar como os professores de ensino regular atuam no contexto da sala de aula, mediante a inserção de alunos com dificuldades específicas, considerando o procedimento metodológico aderido e aplicabilidade das avaliações, tendo em vista as lacunas excludentes e contribuições assertivas em virtude das dificuldades e potencialidades para o processo de ensino e aprendizagem deste público. Ademais, compreender por meio das observações e interações como o(a) professor(a) de educação especial é visibilizado pelos demais docentes atuantes na sala comum e o porquê são controversas as designações das incumbências propagadas para efetivação do cargo proposto na Instituição de ensino.

Indubitavelmente, é perceptível que a inserção de estudantes público-alvo da educação especial na escola, em sua maioria, caracteriza-se por desafios apresentados em diversos aspectos, desde a estrutura arquitetônica até os despreparos dos serviços pedagógicos atribuídos por parte dos profissionais que atuam no ensino regular, ocasionados pela escassez de formação profissional, contribuintes para atender a este público e garantir uma aprendizagem significativa ao alunado. Neste sentido, por meio do estudo de caso, será compreendido como acontece o funcionamento da instituição em consonância com o processo da efetivação da inclusão.

METODOLOGIA

Para esta investigação, adotamos a pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso, conforme enfatiza Godoy (1995, p. 25), “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular”. Como instrumento de coleta de dados, propõe-se a observação com suporte em diário de campo e foi analisado por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Tal procedência deu-se por intermédio do contato com a equipe diretiva de uma escola de ensino médio de âmbito estadual no interior de Alagoas. A pesquisa iniciou efetivamente em março de 2025, após o início do ano letivo vigente e a concretização de uma trilha formativa sobre a elaboração do Plano Educacional Especializado (PEI) ofertada a todo o corpo docente da escola pesquisada, com base na abordagem explícita em leis e documentos normativos como: Resolução nº 04/2009, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Protocolo da Educação Especial – SEDUC que engloba Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às escolas da rede pública estadual de Alagoas. (Brasil, 2009; Brasil,



2015; Alagoas, 2025).

Os critérios metodológicos e avaliativos compreenderam: (1) diário de campo; (2) observação referente à inserção dos educandos nos espaços escolares, critérios de acessibilidade e barreiras que incidem sobre o modelo biopsicossocial de aprendizagem. Prática pedagógica e currículo acessível com vista as múltiplas inteligências. A importância da implementação da Sala de Recursos Multifuncional, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e atuação do professor de educação especial no contexto escolar. (3) levantamento e organização dos dados foram de acordo com a análise de conteúdo.

A seguir elucidaremos cada um desses aspectos com precisão: Inicialmente, como ressalta Campos et al. (2021, p.101), o “diário de campo podem ser entendidas como todo o processo de coleta e análise de informações”. Considerada uma opção inesgotável para aquisição de dados. Referente à situação em estudo, o instrumento utilizado foi a observação. Angrosino (2009, p. 56) complementa que “O processo de observação começa pela absorção e registro de tudo com a maior riqueza possível de detalhes e o mínimo possível de interpretação”. Portanto, a observação será uma ferramenta indestrutível para obtenção de respostas equivalentes.

Ainda sobre este procedimento, Godoy (1995, p. 27), menciona que: “A observação tem um papel essencial no estudo de caso. Quando observamos, estamos procurando apreender aparências, eventos e/ou comportamentos”. Seguindo estas afirmações, torna-se factual aderir a esta opção para elencar dados concernentes ao conjunto de fatores ostensíveis sobre o processo de inclusão na instituição de ensino.

Neste sentido, a observação deu-se nas diversas repartições da escola, visibilizando quais as barreiras que circundam o ambiente, considerando o acesso dos espaços para alunos com deficiência, tendo em vista a identificação das repartições, rampas de acessibilidade, banheiros adaptados, materiais pedagógicos adequados, práticas pedagógicas inclusivas, incidência da prática do bullying e ações capacitistas.

Vale ressaltar também sob as incumbências direcionadas ao professor de educação especial e como é compreendida a atuação deste profissional mediante as demandas que assolam o contexto educacional, tendo em vista as dúvidas que emergem sobre a atribuição do cargo que, por vezes, divergem ao que está explícito na Resolução n.º 4 de 2009 (Brasil, 2009). Bem como, implantação e funcionamento da sala de recursos multifuncional (SRM), compreendida como ambiente composto por equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e



pedagógicos para a oferta do AEE aos educandos público-alvo da educação especial (Brasil, 2011).

Os dados obtidos foram concernentes à análise de conteúdo que, segundo Bardin, “[...] A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.” (2011, p. 50). Portanto, este processo é compreendido em três etapas: pré-análise; sondagem do material e tratamento dos resultados e interpretação. Sendo necessário, olhar criterioso para aderir todas as informações precisas para aquisição das respostas referentes as interrogativas indagadas anteriormente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o embasamento teórico acerca dos aspectos educacionais considerando os desafios enfrentados pelo público-alvo da educação especial, mediante o acesso, a participação e às oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem no contexto escolar, como preconiza a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Brasil, 2015).

Embora haja para este público a discussão recente referente à qualidade da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na etapa do ensino médio na rede estadual em Alagoas, proveniente do concurso público com as incumbências pré-requisitadas no edital nº 1 – Seduc/al, de 6 de julho de 2021 (Alagoas, 2021), é perceptível o quanto é fundamental haver parceria entre professores de ensino regular e professor de educação especial para que o aluno com deficiência desenvolva suas habilidades.

É notório o esforço que alguns educadores de sala comum apresentam para inserir este público mediante o currículo acessível, no entanto, é desafiador! De acordo com Santos e Lopes (2022) este fator, comprova a urgência da aplicabilidade de programas de formação continuada que abordem as práticas inclusivas com relevância, ações favoráveis que minimizem os impactos negativos, tendo em vista a inabilidade da grande maioria dos docentes que durante a atuação apresentam resistência para conduzir a oferta do ensino aos alunos com necessidades específicas. Barros et al. Abordam o seguinte: “[...] frequentemente esses estudantes são deixados de lado nas atividades em sala, resultando em prejuízos no processo de aprendizado”. (2025, p. 34).

Há uma certa insensibilidade ao interesse das pessoas com deficiência na escola. Em virtude das tantas demandas atribuídas, sobretudo aos docentes da sala regular do ensino médio, estes educadores tornam algumas prioritárias, não sendo o caso desta modalidade, que julgam com indulgências, alvo do não saber o que e como ensinar. Manton (2003, p.13) ressalta que,



“A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar.”
Conceito presente na instituição de ensino.

Pressupõe-se, a ausência de conhecimentos pautados na perspectiva da educação especial e inclusiva, que impossibilita desenvolver o trabalho cooperativo, unindo teoria e prática de acordo com procedimento metodológico e avaliações condizentes para atender o público em questão. É perceptível a necessidade de planejamento pautado no perfil do aluno, considerando especificidades. No entanto, para alguns docentes, ainda é confusa a prática em sala de aula, bem como a elaboração do Plano Educacional Especializado (PEI) (Barbosa e Carvalho 2019).

Neste caso, promover um trabalho colaborativo utilizando estratégias inclusivas por meio da interação entre docentes da educação especial e do ensino comum é essencial para que a elaboração do PEI, assegure a participação e aprendizagem dos educandos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, preferencialmente no ensino médio, minimizando as barreiras que comprometem a efetivação de seus direitos no contexto escolar (Brasil, 2015).

Vale ressaltar que é comum a existência da percepção equivocada referente à atuação do professor de educação especial, pois o atendimento educacional especializado (AEE) em alguns casos, é compreendido como reforço escolar. Por vezes subentende-se que o aluno público-alvo desta modalidade, assim como os demais que apresentam outras especificidades, fica sob comprometimento apenas do professor de educação especial, causando sobrecarga e sensação de solidade, além do direcionamento das incumbências referentes à área de saúde mental, comportamental, dentre outras funções que contrapõem ao exposto na resolução nº4/2009, Art. 12 e 13 (Brasil, 2009).

Neste sentido, repensar à escola como ambiente inócuo, em que todos possam usufruir de seus direitos de forma equânime, ainda é um desafio. Tanto os profissionais quanto educandos precisam assumir as responsabilidades atribuídas conforme cumprimento legal. Vale destacar que, nesse contexto, é essencial considerar as interfaces interseccionais referentes à diversidade humana, tendo em vista que a inclusão é uma construção e abrange diversos aspectos. Conforme menciona Mantoan (2003):

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (Mantoan, 2003, p. 12).

Estes aspectos não devem ser compreendidos como estigmas que rotulam a vida de uma



pessoa com deficiência não se deve enxergar a deficiência como fator de impedimento do sujeito, visto que esta é uma condição adquirida de ordem natural ou concebida ao longo do tempo pelo desgaste gradual do corpo, sequelas ocasionadas por acidentes, enfim são causas diversas, e Diniz (2007, p.66) faz referência quando diz que: “O resultado dessa separação radical entre lesão e experiência da deficiência foi que o corpo com lesões ficou confinado às narrativas biomédicas.”

Conceito pernicioso que inferem sobre a ótica da inclusão de pessoas com deficiência. Pois apesar de a abordagem do modelo biopsicossocial estar atualmente presente nas discussões, ainda é perceptível e comum o olhar do modelo médico sob este público, visão subjetiva de um corpo lesado, dependente e/ou interdependente (Diniz, 2007). No entanto, há outros fatores existenciais que interferem no processo de inclusão escolar, pois as barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas, sociais, comunicacionais e tecnológicas estão presentes e podem limitar a participação plena dos educandos com deficiência. Assim, a Lei nº 13.146/2015 preconiza como barreiras:

“[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.” (Brasil, 2015).

Neste sentido, é essencial que, no contexto educacional, ações sejam aderidas com o propósito de amenizar as condutas excludentes que resistem ao que está promulgado em documentos normativos acerca dos direitos e deveres dos alunos com deficiência. Na escola em questão, é notório que, entre tantas barreiras a atitudinal é a mais presente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A análise foi concebida mediante a rotina escolar, considerando o horário de funcionamento e legitimidade das ações, bem como a preservação da identidade de todos os indivíduos envolvidos. Portanto, serão expostos nomes fictícios ao longo do relato, para cumprimento de pilares essenciais à proteção legal.

A escola é um prédio composto por entrada acessível, contendo: rampa, escadaria e portões com abertura ampla. Acesso às salas composto por rampas e escadaria, as salas possuem cadeiras com pranchetas. Banheiro feminino não possui entrada acessível, porém as repartições internas são espaçosas. O banheiro masculino apresenta espaçamento da porta adequada



contendo 80cm de largura, barra de apoio ao lado do vaso sanitário convencional e espaço de circulação interno condizentes. Algumas repartições da escola são identificadas com Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Ainda não há identificação em Braille. Neste sentido, percebe-se que medidas precisam ser instauradas para que barreiras, incluindo arquitetônicas, sejam sanadas no ambiente educacional.

As observações remeteram-se às vivências e à complexibilidade instrutiva consideráveis não apenas à deficiência, mas aos marcadores sociais da diferença e demais fatores visibilizados que interferem negativamente no processo de inclusão, principalmente aos educandos público-alvo da educação especial. Conforme menciona Fonseca (2023; p. 6) “Uma pessoa com deficiência, por exemplo, não é só uma pessoa com deficiência. Essa é uma condição que ela possui, é uma das características”. Sendo necessário considerar a realidade prevalecente.

Neste sentido, vale destacar os fatores perceptíveis, favoráveis à eclosão de comportamentos supressivos, principalmente aos alunos que possuem deficiência e apresentam uma ou mais condições. Fonseca (2023; p.6) complementa dizendo que “[...] ninguém pode ser resumido a uma única característica, posto que somos atravessados por muitos desses marcadores sociais da diferença”. Como é o caso dos alunos público-alvo da educação especial observados na escola da rede estadual em questão, matriculados na etapa do ensino médio, identificados abaixo:

Planilha 1- Relação com nome dos alunos público-alvo da educação especial observados.

NOME	SÉRIE	TURNO	CID
João	3 C	Matutino	CID 10 F70.1 Deficiência intelectual
José	3 C	Matutino	CID-10 Q 87.3 Síndrome de sotos CID-10 F70 - Deficiência intelectual
Luiz	3 A	Vespertino	Hipótese Diagnóstica de Altas habilidades
Miguel	2 B	Matutino	CID-10 F84.0 -TEA CID-10 F90.0 -TDAH
Pedro	2 B	Vespertino	CID-10 Q80 Ictiose congênita

Fonte: Elaborada pelos autores.

O aluno João, inserido na turma de 3º C, turno matutino, possui deficiência intelectual, convive em uma comunidade quilombola e é negro. Outro caso diz respeito ao aluno José, inserido na turma do 3º C, turno matutino, que apresenta síndrome de sotos, deficiência intelectual, disfasia na fala, advém de classe social baixa e convive com o avô. Luiz, sofre preconceito por ser negro e por questão de gênero. Miguel, inserido na turma 2º B, turno



matutino, tem Transtorno do espectro autista e TDAH, convive com seus pais que apresentam classe baixa e são alvos do analfabetismo. O outro aluno Pedro, apresenta Ictiose congênita, hipótese diagnóstica de deficiência intelectual. Devido a esta condição é rejeitado por muitos, devido aos aspectos da pele e odor transpirado. Enfim, diversos aspectos refletem sobre a ótica interseccional e incidem sobre as práticas de bullying e capacitismo na escola.

As observações expostas demonstram desafios que condizem, principalmente sob a barreira atitudinal, a mais evidenciada nesse contexto. Neste sentido, criar estratégias baseadas na realidade desses discentes é fundamental, visibilizando os enfrentamentos diários que comprometem não apenas o aprendizado, mas também a autoestima e autonomia, as dificuldades, bem como as potencialidades, dispendo de metodologias ativas pautadas no protagonismo estudantil, promovendo apropriação do modo de pensar, por meio de aulas dinâmicas, adaptação curricular e, sobretudo, na elaboração PEI, de forma colaborativa, promovendo estímulo no processo de ensino-aprendizagem (Tannús-Valadão e Mendes 2018).

Neste sentido, considerar as múltiplas inteligências também é essencial para que as diversas habilidades sejam desenvolvidas. Como enfatiza Gardner (1983, p. 11) sobre o conceito de inteligência, que é “a capacidade para resolver problemas ou criar produtos que sejam úteis num ou mais contextos culturais”. Para tanto, é essencial que haja procedimentos metodológicos que atendam às especificidades do alunado de forma individualizada.

No entanto, é visto que, na escola, torna-se exaustivo o trabalho do professor de educação especial, por muitas vezes precisar exercer diversas funções que compõem outros cargos, para que o processo de inclusão, mesmo lentamente, aconteça no ambiente educacional. Este fator causa sobrecarga e sensação de solidão ao educador. Tendo em vista que ainda é comumente é confuso para muitos profissionais o que compete a cada cargo, muitas vezes as incumbências atribuídas aos docentes do ensino regular são ausentes e/ou resistentes quando se trata do público da educação especial, pois exige atenção, cuidado e dedicação para conduzir o ensino.

Sabemos que é escassa a oferta de formação continuada pautadas nesta modalidade, no entanto, é visto que, na escola, as professoras de educação especial estão aptas e empenhadas para esclarecer dúvidas e favorecer no que for necessário, para que o processo de inclusão seja efetivado. A parceria entre os professores de ensino comum e educação especial é essencial para conduzir principalmente a elaboração do PEI, esclarecimento, acompanhamento do desenvolvimento das ações e dos avanços precedidos aos educandos com deficiência.



Durante as observações, percebeu-se que alguns professores se esforçam para inserir este público nas atividades propostas. Foi visível que, durante as aulas práticas de educação física, a professora incentivou os alunos e alguns, mesmo resistentes, participaram ativamente das atividades propostas. Outros professores elaboraram atividades impressas concernentes ao componente curricular de forma acessível, ou seja, foi possível perceber que há resistência em uns e persistência em outros docentes.

Ao longo das observações, percebeu-se a participação de alguns alunos na culminância do projeto da disciplina de artes, conduzida pelo professor que leciona a disciplina, este projeto compreendeu-se aos dias 06/05, havendo ida ao parque. Em 07/05 houve feira de arte e exposições, neste dia na sala de recursos, houve a exposição da releitura e reprodução de Obras do autor Bispo do Rosário, em que alunos PCD enfrentaram seus medos e anseios e participaram ativamente do projeto de forma direta e indireta, oportunidade para desenvolver diversas habilidades e desconstruir barreiras.

No dia 28 de maio de 2025, aconteceu roda de conversa em uma turma de 2º ano, turno: vespertino, sobre direcionamento da professora de ensino regular e professora de ed. Especial, com uma abordagem envolvendo os aspectos inerentes ao público-alvo da educação especial, visão biopsicossocial da deficiência e os marcadores sociais da diferença. Bem como, foi elencada abordagem sobre a prática do bullying e capacitismo.

Permitir a escuta é essencial para compreender a resistência de alguns profissionais, a professora de língua portuguesa, durante o intervalo, expressou seus anseios quando em uma conversa informal, disse: “É muito difícil ensinar o aluno Miguel, estando matriculado no 2º ano do ensino médio e ainda está no nível silábico alfabético, como ensinar um aluno que ao menos o nome completo ainda não sabe escrever? Indagou a professora.” Outra professora falou o seguinte: “-É muito difícil ensinar esses alunos com uma turma superlotada, além do plano de ensino complexo para ser elaborado, nós temos também outras demandas, não consigo dar conta de tudo! Não quero apenas um faz de conta.” Enfatizou a professora.

Ademais, foram muitos questionamentos e desabafos ao longo das conversas informais; estas ocorreram em dias alternados. Não obstante, é possível perceber que, na escola observada, mesmo lentamente, há avanços significativos desde a inserção à permanência do aluno com deficiência, é possível afirmar que são nas pequenas ações que a inclusão é concretizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



É irrefutável perceber por meio deste estudo que, além dos despreparos dos professores, há muitas lacunas que precisam ser sanadas; estas afetam o público com deficiência e interfere diretamente, no processo de inclusão. Sendo necessários novos estudos pautados na educação especial na perspectiva inclusiva na etapa do ensino médio, para que seja elucidada a desconstrução de barreiras, inclusive a atitudinal, oriundos da complexibilidade das práticas evidenciadas no âmbito educacional.

Portanto, viabilizar a promoção de estratégias provenientes de ações inclusivas por meio de palestras, roda de conversas, distribuição de panfletos, realização de projetos no contexto educacional, dentre outras mobilizações, é essencial para conscientizar a comunidade escolar e local, bem como amenizar ou até mesmo sanar os desafios enfrentados. Que as oportunidades de engajamento e participação no contexto educacional sejam elucidadas independentemente dos fatores interseccionais que transcendem a realidade, permitindo que este público se torne sujeito ativo, crítico e participativo não somente na escola, mas perante a sociedade.

Assim, o que está disposto nas leis e discussões em congressos, seminários e demais campos de pesquisas sobre o processo de inclusão será concretizado, pois é necessário entrelaçar a teoria e prática, mantendo-as em conexão para que a efetivação seja visível e plausível. Da mesma forma, enfatizamos a carência de estudos e apontamentos relacionados ao campo de experiência da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no âmbito do ensino, nos anos finais da educação básica e a importância do desempenho da função do professor atuante nesta modalidade.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **EDITAL Nº 1 – SEDUC/AL, DE 6 DE JULHO DE 2021**. Disponível em: ED_SEDUC_AL_21_ABERTURA.PDF. Acesso em: 09 de julho de 2025.

ALAGOAS. **Protocolo de Educação Especial: Diretrizes para o AEE, PEI e Inclusão nas Escolas da rede pública estadual de Alagoas** / Superintendência do Desenvolvimento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Políticas Educacionais - SUDEPE - Maceió, 2025 83 p. E-book - Secretaria de Estado da Educação de Alagoas.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Alan Marcel de; et al. **As barreiras da educação inclusiva: um olhar sobre a realidade escolar**. Revista Educação em Foco – Edição nº 17 – Ano: 2025. Disponível em: AS-



BARREIRAS-DA-EDUCACAO-INCLUSIVA-UM-OLHAR-SOBRE-A-REALIDADE-ESCOLAR-pag-26-a-39.pdf. Acesso em: 16 de junho de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

Brasil 2009. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: Decreto nº 6949. Acesso em: 09 de junho de 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: Decreto nº 7611. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015. Disponível em: L13146. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

CAMPOS, Juliana Loureiro de Almeida; SILVA, Taline Cristina; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; **Observação Participante e Diário de Campo: quando utilizar e como analisar?** 2021, disponível em: (PDF) Observação Participante e Diário de Campo: quando utilizar e como analisar? Acesso em 22 de maio de 2025.

Diniz D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense; 2007.

Fonseca M. **Os preconceitos (re)produzidos pela/na escola e a Educação Física Escolar: um debate urgente!** Temas Educ. Fís. Esc. 2023; 8:1-20

Gardner, H. (1983). Frames of mind: The theory of Multiple Inteligences Basic Books.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 de julho de 2025.

Mantoan. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

SANTOS, M. P.; LOPES, C.N. **Educação inclusiva na educação infantil, anos iniciais: algumas problematizações.** 2022. 21f. Artigo acadêmico (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

TANNUS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.** Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdHJSg/?format=pdf. Acesso em: 08 de jul. de 2025.

